

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: uma possível contribuição para a educação cooperativista

Jian Carlos Frare¹
Jonas José Seminotti²

Resumo: O presente artigo apresenta uma reflexão acerca das possíveis contribuições da Educação a Distância no âmbito das práticas pedagógicas desenvolvidas nas organizações cooperativas. A discussão parte da necessidade de se pensar a educação (formação e capacitação) dos associados a partir de um movimento de libertação do sujeito, através da consciência crítica, fundamentada nos princípios e valores do cooperativismo. Diante disso, debatemos a importância de ações de Educação a Distância como modo de fortalecer os valores e princípios do cooperativismo e a participação dos cooperados nas discussões das cooperativas, contribuindo para que as organizações não se tornem meros instrumentos de reprodução do individualismo na perspectiva capitalista.

Palavras-chave: Cooperativismo. Educação a Distância. Formação. Educação.

DISTANCE EDUCATION: a possible contribution to cooperative education

Abstract: This article presents a reflection about the possible contributions of distance education to the pedagogical practices developed in cooperative organizations. The discussion starts by the need to think about the education (formation and training) of the members by a movement of subject's liberation, through critical consciousness, based on the principles and values of cooperativism. Based on that, we discuss the importance of distance education actions as a way to strengthen the values and principles of cooperativism and the participation of the members in the discussions of the cooperatives, contributing in the way that the organizations do not become mere instruments of reproduction of individualism in the capitalist perspective.

Keywords: Cooperativism. Distance Education. Formation. Education.

LA EDUCACIÓN A DISTANCIA: una posible contribución la educación cooperativa

Resumén: Este artículo presenta una reflexión sobre las posibles aportaciones de la educación a distancia a las prácticas pedagógicas desarrolladas en las organizaciones cooperativas. La discusión parte de la necesidad de pensar en la educación (formación y capacitación) de los socios desde un movimiento de liberación del sujeto, a través de una conciencia crítica, basada en los principios y valores del movimiento cooperativo. Con base en ellos, discutimos la importancia de las acciones de educación a distancia como forma de fortalecer los valores y principios del cooperativismo y la

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM; Pós-graduando em Cooperativismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Email: frare.jian@gmail.com.

² Professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Email: jonas.seminotti@ufrgs.br.

participación de los asociados en las discusiones de las cooperativas, contribuyendo a que las organizaciones no se conviertan en meros instrumentos de reproducción del individualismo en la perspectiva capitalista.

Palabras claves: Cooperativismo. Educación a distancia. Formación. Educación.

Introdução

Desde o início do movimento cooperativista a educação tem sido reconhecida como um princípio fundamental, não só para o desenvolvimento, mas também para a consolidação dessas organizações. Apesar de serem conceitos distintos, a educação e o cooperativismo, segundo Frantz (2001), são práticas que se complementam, sendo possível, segundo o autor, identificar práticas cooperativas nos processos educacionais e, da mesma forma, identificar práticas educacionais no cooperativismo, o que demonstra uma estreita relação entre esses dois fenômenos. A natureza coletiva do movimento associativista faz com que o espaço das cooperativas seja mais que uma ferramenta para atingir interesses particulares em comum aos cooperados, tornando-se uma prática social que desenvolve “educação política” para os integrantes. Para Frantz (2001, p. 146) “na prática da cooperação, certamente, os seus sujeitos cooperados tomam consciência das diferentes dimensões dos fatos da vida, dos seus significados, dos interesses e das relações sociais que constroem entre si”.

Compreendermos, concordando com Schneider (2010), que a educação cooperativista pode tornar-se um cânone que precede todas as práticas e valores do cooperativismo, permitindo a formação de atores sociais críticos, que não sejam apenas introduzidos no movimento cooperativo, mas sim tornam-se protagonistas na construção de espaços coletivos, “conscientes de sua cidadania, que reconheça que a sua condição de sujeito só é possível dentro do movimento cooperativo” (SCHNEIDER, 2010, p. 98).

Dessa forma, o processo pedagógico no movimento cooperativista difere-se das práticas pedagógicas tradicionais, que replicam costumes e valores, causando um adestramento dos sujeitos e limitando sua capacidade de raciocínio crítico. O movimento cooperativo constrói-se sobre princípios e valores coletivos, solidários e de valorização do trabalho humano, devendo ser transmitidos através de um processo de ensino contínuo e coletivo, exercido de forma dialética e que desestruture os preceitos individualistas, construindo concepções associativistas.

A prática pedagógica exercida pelo movimento cooperativista destaca-se como um processo de *educação informal*, tal como apontado por Libâneo (2010), por não se ligar às instituições formais de ensino, permitindo a interação entre os indivíduos, por meio da qual constroem-se conhecimentos, práticas e experiências. As instituições cooperativas, por estarem inseridas em um espaço cada vez mais interativo e dinâmico, permitem a prática pedagógica através de diferentes meios, sejam em espaços de diálogo entre os cooperados, ou, em espaços de formação utilizando ferramentas distintas de educação.

A diversificação dos espaços de formação torna-se necessária, uma vez que muitas cooperativas se desenvolvem territorial e economicamente, atingindo tamanhos significativos e passam a ter dificuldades no diálogo com o associado, limitando-se a oferecer produtos e serviços de forma desconectada com a realidade das comunidades em que estão inseridas. Essa desconexão retira da organização a construção de saberes através do diálogo, limitando a participação dos associados na vida da cooperativa à satisfação de suas necessidades. A partir disso, Schneider (2010) destaca que as cooperativas que esquecem os valores fundamentais do cooperativismo, passam a comportarem-se como empresas tradicionais capitalistas. Por esse motivo, torna-se cada vez mais necessário pensar formas de praticar a educação cooperativista, permitindo o diálogo entre os associados e a participação desses na vida da cooperativa, como sujeitos ativos e críticos.

Com o desenvolvimento de tecnologias de comunicação, a possibilidade de construir processos educativos se expandiu, oferecendo alternativas para as organizações que se distanciam dos seus cooperados.

Diante disso, o presente estudo tem por objetivo discutir as possíveis contribuições que Educação a Distância (EAD) pode oferecer aos processos de formação de sujeitos nas instituições cooperativas. Para isso, tratamos acerca do fortalecimento dos princípios e valores do movimento cooperativista, por meio de processos pedagógicos que valorizam a identidade do movimento cooperativo e também sobre possibilidades que o uso de ferramentas Tecnológicas de Informação e Comunicação (TIC) aplicadas à Educação a Distância podem oferecer no processo de educação cooperativista.

Do ponto de vista metodológico, optou-se por desenvolver uma revisão bibliográfica sobre o tema, sustentando-se em obras que abordam a temática proposta. Para isso,

reportamo-nos às relevantes contribuições de autores como Paulo Freire (2018) e a sua noção de educação “bancária” e educação libertadora, José Odelso Schneider (1999, 2003, 2006, 2010) e Walter Frantz (2001, 2016) e suas contribuições acerca da importância de uma educação cooperativista e, Maria Luiza Belloni (2002, 2005) e suas pesquisas sobre as possibilidades oferecidas pela EaD, e suas fragilidades, entre outros autores que discorrem sobre a temática. Além disso, discorreremos sobre o que pode ser compreendido por formação e capacitação no âmbito das organizações cooperativas, bem como debatemos acerca da importância do Ensino a Distância nos espaços formais e não-formais de ensino.

O texto organiza-se em três partes principais. Primeiro, com um breve resgate histórico do desenvolvimento do movimento cooperativista moderno como alternativa de organização dos trabalhadores. Segundo, discutimos a formação cooperativista, abordando os temas da educação e da capacitação como processos indispensáveis para o desenvolvimento e sobrevivência das cooperativas. E em terceiro, abordamos a Educação a Distância, possibilitada por ferramentas tecnológicas, como forma de aproximar o cooperado da cooperativa através do processo formativo.

Com isso pretende-se investigar se a Educação a Distância pode facilitar os processos formativos e permitir que os sujeitos participantes das organizações cooperativas compreendam em profundidade os valores e princípios do cooperativismo. A pesquisa se justifica devido ao exponencial crescimento que as organizações cooperativas apresentaram nas últimas décadas, o que pode acarretar no distanciamento entre cooperativa e cooperado. Além disso, o atual contexto imposto pela pandemia de Covid-19, que impossibilita a realização de processos formativos que reúnam pessoas presencialmente, despertou-nos a necessidade de repensar os formatos pelos quais se dão as ações de educação cooperativistas.

Cooperativismo como alternativa de organização econômica

Para abordarmos o tema da educação e capacitação nas cooperativas é preciso antes compreender o movimento que dá início ao cooperativismo moderno. Devido ao advento do capitalismo no final do século XVIII e início de XIX, fruto do conflito entre o capital e o trabalho, as fábricas que surgiram inicialmente na Grã-Bretanha, provocaram um empobrecimento dos trabalhadores, acompanhado da expulsão dos camponeses do domínio

senhorial. As transformações econômicas ocasionadas pelo desenvolvimento do capitalismo afetaram diretamente a relação entre patrão e proletário. Os trabalhadores submetidos às condições de extrema pobreza, estavam desorganizados e em uma relação de competição direta entre si.

O descontentamento dos proletários com a situação de pobreza e exploração tornou-se motivação para o desenvolvimento das primeiras organizações trabalhistas, chamadas de *trade unions*, que passaram a organizar a força proletária em torno da luta de classe. Nesse contexto, as ideias e mudanças nas condições de trabalho propostas por Robert Owen (1772-1858), proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, influenciaram fortemente as organizações dos trabalhadores. O chamado cooperativismo owenista passou a integrar o movimento sindical e estreitou a relação com a luta de classes. Para Singer (2002), essa relação entre o sindicalismo e o cooperativismo radicalizou a luta de classe, pois os trabalhadores não se limitavam a realizar greves para reivindicar melhorias nos salários ou de condições de trabalho, mas sim para extinguir o trabalho assalariado através da organização de cooperativas operárias com base na autogestão.

Os Pioneiros de Rochdale e a Educação Cooperativa

No decorrer do século XIX muitas experiências de cooperação foram se fortalecendo na Europa. Considerável parte delas influenciadas pelo pensamento de Robert Owen, entre elas a Cooperativa de consumo de Rochdale, organizada em Manchester na Inglaterra no ano de 1844, por 28 operários do setor têxtil. Essa experiência caracterizou-se como um marco da vertente doutrinária, sendo reconhecida como a primeira organização que representa o modelo do cooperativismo moderno. Como destaca Schneider (1999, p. 48),

Os pioneiros, ao fundarem a cooperativa em 1844, se autodenominaram de “Equitáveis Pioneiros de Rochdale”, para indicar o espírito que os orientaria no seu empreendimento, baseado numa cooperação equitável, ou seja, justa, igualitária, sincera, contrária a qualquer fraude na apresentação dos serviços aos membros e a terceiros, e ao mesmo tempo, calcada numa cooperação que respeitaria a igualdade de direitos e a liberdade de cada membro.

O grande avanço nesse modelo organizacional cooperativista é representado pelos *princípios* propostos pelos Tecelões de Rochdale, contidos em seus estatutos, que definiam a estrutura de funcionamento da cooperativa. Essa importante contribuição se deu porque os Pioneiros de Rochdale “tiveram a habilidade de expor suas ideias de maneira concreta e as integraram em um sistema com coerência interna, elaborando princípios ou bases essenciais para a organização e o funcionamento de sua cooperativa” (SCHNEIDER, HENDGES, 2006, p. 35).

Após tornarem-se referência para grande maioria das cooperativas, os princípios adotados pelos Pioneiros de Rochdale foram adaptados pela Aliança Cooperativista Internacional (ACI) nos anos de 1934 (Londres), 1937 (Paris), 1966 (Viena) e, por último, assumindo sua mais recente reformulação no ano de 1995 (Manchester). Apesar de sua readequação a partir da realidade econômica e social, não perderam sua essência e os valores fundamentais da cooperação. Desde sua última reformulação em 1995, os princípios do cooperativismo passaram a ser:

associação voluntária e aberta (1º princípio), Controle democrático dos membros (2º), Participação econômica dos membros (3º), Autonomia e independência (4º), Educação, treinamento e informação (5º), Cooperação entre cooperativas (6º), e Preocupação com a comunidade (7º) (PINHO, 2003, p. 138).

A partir do momento de formulação dos princípios de Rochdale, a educação cooperativista esteve presente. Nesse período, muitos dos pioneiros participaram dos “Círculos Owenistas”, em especial o “Círculo Owenista nº 24”, espaço que influenciou muito na introdução da educação como um princípio de organização. Schneider e Hendges (2006) argumentam que o desconhecimento das pessoas tornou-se um obstáculo para o desenvolvimento da cooperativa, sendo necessário educá-las para que compreendessem que participando e consumindo do armazém da cooperativa obteriam mais benefícios do que consumindo do mercado tradicional. Contudo, a educação não se limitava ao esclarecimento acerca do que era o cooperativismo ou dos seus benefícios, mas também, dedicava-se a promover o bem-estar e a melhora das condições em que se encontravam os trabalhadores.

Conforme destacado por Schneider (2003, p.19) “o pensamento de Robert Owen sobre a importância da educação para a formação do ‘homem novo’ em prol de um ‘Novo Mundo Moral’ influenciou sobre os Pioneiros de Rochdale”, contribuindo para a definição de um modelo de organização que possuía aspectos próprios e, portanto, diferentes das organizações capitalistas tradicionais. Fruto do “Círculo Owenista nº 24”, o princípio da educação ganhou espaço central na organização, sendo pautada na reforma estatutária de 1854, onde se definiu pela destinação de 2,5% das sobras para a construção de um Fundo de Educação. Com a constituição do fundo, muitas atividades voltadas à educação dos cooperados e de seus filhos foram desenvolvidas, como por exemplo, a constituição de uma biblioteca da cooperativa, com salas de leitura, que disponibilizavam aos associados livros, revistas e jornais.

O princípio da educação cooperativista foi amplamente discutido e sofreu alterações ao longo do tempo, no entanto manteve sua importância para o desenvolvimento das cooperativas, sendo tomado como “regra de ouro”. Como abordado por Schneider e Hendges (2006), a aplicação de um processo educacional nas cooperativas permite a compreensão dos demais princípios e valores cooperativos, elaborar estatutos, entender a lei das cooperativas e os direitos e deveres dos sócios. Nesse sentido, Schneider (2010, p. 84) também destaca que “tentando responder às demandas atuais, num mercado e numa sociedade cada vez mais competitiva e exigente por qualidade, acrescentou-se ao princípio dois aspectos fundamentais: o treinamento e a informação”.

O 5º princípio passou então a ser descrito pela ACI da seguinte forma:

Educação, Treinamento e Informação: as cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários; assim, eles podem continuar efetivamente para seu desenvolvimento. Eles informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes fornecedores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 1995 *apud* SCHNEIDER, 2010, p. 84).

A modificação realizada pela ACI em 1995, segundo Pinho (2003), ampliou o direcionamento da educação cooperativa, considerando não só os associados, mas também os representantes eleitos, administradores, executivos, assim como os empregados da organização. Além disso, a reformulação do conceito quinto introduziu novos elementos para

a educação cooperativa que precisam ser diferenciados, a saber, o treinamento e a capacitação. No que se segue, abordaremos esses dois conceitos, buscando compreender as diferenças entre a educação/formação e treinamento/capacitação.

Formação como educação cooperativista

A educação, conforme Gohn (1992, p. 16), “ocupa um lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isso porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo”. A educação não é um fenômeno que se limita aos espaços formais de ensino, mas sim, ocorre nas diversas dimensões do mundo social, seja nas ruas, empresas, movimentos e, da mesma forma, nas cooperativas. Nesse sentido, segundo Frantz e Schönardie (2016, p. 26) “os seres humanos se educam nas relações sociais do trabalho, educam-se pela comunicação crítica, pelo debate e argumentação sobre os diferentes aspectos de sua vida”. Para Amado (2014, p. 21) essa dinâmica das diferentes pedagogias pode ser compreendida “como uma caminhada de aperfeiçoamento que os membros de uma comunidade humana realizam com a ajuda e o apoio de outros membros; o aperfeiçoamento e enriquecimento não são, desse modo, somente individuais, mas coletivos”.

Desde sua concepção o cooperativismo desenvolveu-se como movimento de luta, e, portanto, como espaço pedagógico de participação, onde os sujeitos compartilham conhecimento de forma coletiva. O caráter pedagógico do movimento cooperativista é, segundo Frantz e Schönardie (2016), relacionado aos princípios e valores que o cooperativismo possui, os quais exigem de seus integrantes o diálogo e o debate entre os cooperados, que ocorre como um processo de aprendizagem e que estabelecem as práticas da organização a partir dos interesses dos envolvidos. Frente a isso, podemos dizer que a educação no cooperativismo diferencia-se da educação formal, a qual é definida por Gohn (2006) como aquela que ocorre no território escolar, com regras e padrões comportamentais definidos, que apresenta um conteúdo previamente demarcado, historicamente sistematizado e normatizados por leis, onde o professor exerce a figura de educador.

Porém, apesar de não referir-se ao modelo tradicional, a educação cooperativista não pode ser confundida como um processo pedagógico contrário à educação formal, mas sim

complementar. A educação não-formal, conforme Gohn (2006, p. 26), refere-se a um processo que assume várias dimensões, como por exemplo,

a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc.

Nesse aspecto, as práticas interativas nas cooperativas são, também, pedagógicas, pois contribuem para a emancipação dos sujeitos, possibilitando que os cooperados entendam o movimento cooperativista para além de um instrumento para a obtenção de seus interesses particulares, mas também como uma com uma ferramenta de transformação coletiva. Portanto, as práticas internas de interação entre funcionários, dirigentes e associados devem ser essencialmente pedagógicas, buscando construir espaços de participação política e econômica.

O princípio da educação no cooperativismo foi compreendido ao longo do tempo como um processo de conhecimento geral, ou voltado a elementos do movimento cooperativista, o que mudou após a última revisão dos princípios no ano de 1995. A partir desse momento, segundo Schneider e Hendges (2006), a educação passou a ser compreendida como o grande universo, no qual a capacitação está incluída, e diretamente aliada à informação, tendo como tarefa principal difundir os princípios, valores e práticas do cooperativismo. A partir disso, a educação cooperativa assume uma posição ainda mais central para o desenvolvimento das organizações, haja vista que torna-se o meio pelo qual os associados, ao ingressarem na cooperativa, conhecem a estrutura, os valores, as regras e os princípios, ou seja, a identidade e a filosofia do movimento cooperativista. Na mesma direção, Schneider (2010, p. 98) destaca,

educação cooperativa é um conjunto de valores e princípios que expressam a doutrina do cooperativismo, proponente de um novo estilo de economia e de sociedade, de vida e de trabalho, e que se supõe deva orientar as ações de qualquer associado, levando-o a conhecer seus direitos e deveres enquanto sócios, percebendo a diferença entre empresas capitalistas convencionais e cooperativistas, motivando-o a respeitar o estatuto e o regimento interno, agindo para os interesses coletivos e não pessoal, pois importa educar para a valorização do empreendimento coletivo.

A posição central que a educação cooperativista assume, nos permite dizer que esse princípio está diretamente ligado à sobrevivência desse modelo de organização. É sabido que os indivíduos não nascem cooperativistas, pelo contrário, são formados em um contínuo processo pedagógico, fundamentado nos princípios e valores cooperativos. A partir dessa máxima, Schneider e Hendges (2006), argumentam que, por ser voltada a pessoas adultas, a educação cooperativista torna-se desafiadora, principalmente pela condição dos associados, que já carregam uma bagagem de conhecimento adquirida através do ambiente familiar e do ambiente social. Esse acúmulo de conhecimento, em muitos aspectos, pode dificultar o reconhecimento de novos valores, resistindo a partir de alguns vícios de aprendizagem já consolidados pelos indivíduos.

É nesse contexto epistêmico que a educação cooperativista torna-se indispensável como ferramenta de reconstrução de valores e costumes intrínsecos aos cooperados. Para tal, é necessário compreender que os cooperados são pessoas formadas em um contexto individualista, de competitividade e exploração do indivíduo, onde as organizações estão voltadas unicamente para o lucro. Para Schneider (2010), os associados educados nesse contexto, em sua grande maioria, são motivados a ingressar nas cooperativas não pelo desejo de cooperar, mas sim, por interesses particulares ou pela necessidade de sobrevivência econômica, procurando a instituição para obter alguma vantagem, que atuando de forma isolada não teriam. Frente a isso, a educação cooperativista deve buscar a desconstrução dos hábitos individualistas, introduzindo os cooperados em um ambiente de interação e ajuda mútua, solidário e de respeito.

Frantz e Schönardie (2016, p. 30) ressaltam que,

as organizações cooperativas, na condição de experiências sociais históricas, abrigam em sua dinâmica de funcionamento processos educativos, não apenas porque nelas se promove a atividade educativa com vistas à capacitação instrumental para a cooperação, mas porque, nos diferentes espaços, a educação decorre das relações sociais que ali acontecem, tendo em vista as necessidades, os interesses, as intenções dos associados e as ações decorrentes dessa trama social complexa de práticas cooperativas.

Nesse aspecto, a coletividade que deve estar presente na essência das organizações cooperativas, assume um caráter fundamentalmente pedagógico, pois não é possível exercer em sua plenitude a função individualista do capital em uma associação de pessoas, não se se pretender que essa seja verdadeiramente cooperativa. A interação e o debate que circunda os interesses e as necessidades dos cooperados, exige o reconhecimento do outro como parte estruturante da organização e, dessa forma, é necessário que se coopere para suprir as necessidades. Frantz e Schönardie (2016, p. 30) destacam que “as práticas educativas se fazem presentes nas ações desencadeadas no interior da cooperativa”, como resultado da interação entre os sujeitos na busca por um interesse comum. Dessa forma, educar para o cooperativismo também diz respeito à construção de cidadãos mais conscientes e solidários, bem como refere-se à construção de um modelo diferente de sociedade.

Discutindo essa perspectiva da educação, Paulo Freire, em sua célebre obra *Pedagogia do Oprimido* (2018), destaca a existência de dois tipos de educação, a saber, a “bancária”, na qual “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2018, p. 80) e, a educação “libertadora”, que busca humanizar o indivíduo e torná-lo protagonista frente a sua realidade, tornando-se sujeito autônomo, crítico e solidário.

Na educação bancária, conforme Freire (2018), o educando tem a função de receber, memorizar e repetir um conjunto de informações, sem formar senso crítico, ou seja, o educando é domesticado e apassivado pelo processo educacional, adaptando-se ao mundo e não sendo estimulado a compreender e transformar a realidade em que está inserido. Frente a isso, o desafio da educação cooperativa está em transcender à educação bancária, transformando o associado em sujeito ativo e capaz de compreender a identidade e os princípios do movimento cooperativista. Sobre isso, Schneider e Hendges (2006, p. 38) argumentam que

[...] o movimento cooperativo não é caracterizado pelo egoísmo ou pela obediência cega, não se desejam sócios robotizados como se tivessem passado por uma “lavagem cerebral”. Mas sim, exige-se uma autodisciplina coletiva, oportunizando o crescimento do homem e da mulher em todos os níveis – moral, social, cultural e intelectual – pedindo sugestões e participação.

A educação cooperativista deve ir além da mera transmissão de conhecimento, deve ser uma ferramenta que possibilite o despertar do pensamento crítico em relação ao mundo. Podemos dizer, portanto, que a educação no âmbito cooperativo assume uma importância única, como ferramenta de transformação, que faz necessário um processo de emancipação permanente do sujeito, buscando sempre a construção de pessoas mais cooperativas. Por esse motivo, a educação cooperativista não diz respeito apenas ao tipo de associado ou de cooperativa que se pretende construir, mas sim, ao tipo de sociedade e de indivíduo que será formado.

Desse modo, é papel da educação cooperativista construir sujeitos que busquem compreender e transformar a realidade em que se encontram, tornando-se pessoas ativas e criativas, não só na cooperativa, mas também na sociedade como um todo. Portanto, podemos compreender a educação no movimento cooperativo como instrumento que busca contribuir para que as pessoas possam se autogestionar e decidir os rumos que a organização deverá tomar, considerando os interesses coletivos. É necessário que o processo educacional seja permanente e que busque desconstruir alguns hábitos adquiridos durante a vida, permitindo assim a aceção de novos valores e saberes.

Formação como Capacitação Cooperativa

Frente a um mercado cada vez mais exigente e complexo, tornou-se necessário que as cooperativas dediquem tempo e recursos em processos de formação, que considerem não apenas a educação voltada à identidade, aos valores e princípios do cooperativismo, mas também, à formação como processo de capacitação profissional. A capacitação dos funcionários e dirigentes assume uma posição de relevância nas organizações cooperativas, estando diretamente relacionada ao “saber fazer” e, portanto, a necessidade de qualificação

para a “prestação de serviços, em prol do crescente bem-estar material e humano, com vistas à satisfação de suas diversas necessidades, um crescente avanço em mais cidadania, das pessoas envolvidas” (SCHNEIDER, 2010, p. 47). Dessa forma, estabelecer um processo de capacitação pode ser uma estratégia adotada pelas cooperativas, para conseguirem manter-se competitivas no mercado.

Faz-se necessário ter compreensão daquilo que compete a capacitação nas organizações cooperativas, pois existe uma linha bastante tênue entre a atuação que respeite os valores cooperativistas e a atuação empresarial e, portanto, precisa ser desenvolvida em complemento ao processo de educação cooperativa. Conforme Schneider e Hendges (2006, p. 46), “a capacitação mais se ocupa com as diversas funções e atividades próprias da cooperativa na sua dimensão de ‘empresa’ cooperativa. Opera fundamentalmente em sua vertente econômica, técnica e profissional”. Dessa forma, capacitar os funcionários e dirigentes deve ser uma ação conectada à educação, para que a busca pela eficiência e eficácia nas ações da cooperativa não se limite unicamente à obtenção de lucro, tal como nas empresas tradicionais capitalistas.

Destarte, a conexão entre educação e capacitação é fundamental. Pois, conforme Schneider e Hendges (2006), nos dias atuais muitas organizações cooperativas atingiram tamanho significativo, o que dificulta a relação direta entre os dirigentes e a cooperativa. Nessas organizações o contato entre cooperado e cooperativa ocorre por meio dos funcionários da instituição, sendo, portanto, indispensável que esses funcionários estejam munidos de conhecimento e experiência, não só de como desempenhar com competência seu trabalho, mas também acerca dos valores e princípios do cooperativismo, para que possam entender a cooperativa “como uma empresa, mas como ‘uma empresa diferente’, pela filosofia e doutrina que a impregna, pela forma como tratam os associados e a forma de conceber a própria economia e o papel do capital na mesma” (SCHNEIDER, HENDGES, 2006, p. 46). Importa destacar que apesar de ser uma parte significativa do processo de formação nas cooperativas, a capacitação não pode ser tomada como receita para o sucesso e o crescimento da instituição.

Retomando Paulo Freire (2018), é importante que a capacitação não se resuma em uma educação “bancarizada”, onde os funcionários são treinados para atingirem interesses

que não condizem com aqueles expressos pela coletividade. Nesse aspecto, não é incomum que os interesses impostos pelo mercado e a vontade de crescimento construam no núcleo da cooperativa uma racionalidade de crescimento a qualquer custo, tornando assim a organização um instrumento que produz mais exclusão que o sistema tradicional. Conforme Frantz e Schönardie (2016, p. 31) “isso acontece especialmente quando a organização cooperativa tem mero caráter instrumental no jogo das forças de mercado ou é cooptada como instrumento das grandes corporações capitalistas, na venda ou na compra de produtos”.

Quando a cooperativa deposita na capacitação todas as suas ações formativas, o cooperado, os funcionários e a direção tornam-se bons profissionais. Porém, a falta de compreensão da identidade e dos princípios do movimento cooperativista fará com que a organização abandone suas características basilares do cooperativismo e passe a comportar-se como uma empresa tradicional capitalista, atuando apenas em virtude do lucro, visto que, “um erro frequente e grave na divulgação cooperativa é reduzi-la a um apelo direto em prol do lucro, seguido de quando em quando com uma pregação sobre seu ideal” (FAUQUET, 1949, p. 84-85 *apud* SCHNEIDER, 2010, p. 100-101).

O processo formativo para uma instituição cooperativa deve ser desenvolvido em equilíbrio entre a educação, voltado à dimensão da associação de pessoas, e à capacitação ou treinamento, voltado à qualidade dos serviços prestados pela instituição. É fundamental que funcionários e dirigentes tenham total compreensão dos valores e princípios do cooperativismo, para que não confundam a necessidade de manutenção e de competitividade que a organização busca no mercado, com uma autorização para a exploração do cooperado.

Educação a distância (Ead) nas organizações cooperativas

Desde a segunda metade do século XX, temos acompanhado o desenvolvimento de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que provocam profundas transformações em nosso modo de vida. Essas tecnologias modelam a sociedade moderna, assumindo um papel importante no nosso dia a dia, no processo econômico, bem como, na forma como acessamos o mercado de trabalho, ou, o modo como ocorrem os processos educacionais e de formação. Coll e Monereo (2010, p. 15) argumentam que,

estamos assistindo já há algumas décadas ao surgimento de uma nova forma de organização econômica, social, política e cultural, identificada como Sociedade da Informação (SI), que comporta novas maneiras de trabalhar, de comunicar-se, de relacionar-se, de aprender, de pensar e, em suma, de viver.

A possibilidade de interatividade e comunicação cada vez mais facilitada permite compartilhar informações de diversas formas e diversos lugares. O desenvolvimento de um ciberespaço ocorre através de redes de comunicação, que com o avanço de aparelhos como *smartphones*, *tablets* e *notebooks* estão cada vez mais desprendidos de um espaço fixo e tornam-se cada vez mais móveis. O tempo e o espaço na comunicação em rede assumem outra perspectiva e abrem novas possibilidades para a interação entre as pessoas, bem como para a vida profissional.

Contudo, as TIC não se limitam apenas a ferramentas de comunicação ou de transmissão de informações, mas também, permitem novas perspectivas para a ação pedagógica. Nesse aspecto, não podemos ignorar que sendo a educação uma prática contínua na vida das pessoas, ela também sofre profundas mudanças com o surgimento de avanços tecnológicos. A integração de ferramentas digitais nos processos de educação tornou-se cada vez mais comum e necessária, haja vista que são instrumentos presentes em todas as esferas da vida, “desde as formas e práticas de organização social até o modo de compreender o mundo, de organizar essa compreensão e de transmiti-la para outras pessoas” (COLL; MONEREO, 2010, p. 17). A vida cada vez mais globalizada nos permite experimentar mudanças sociais em ritmo acelerado, muitas dessas nos espaços educacionais com a introdução de novos recursos que estão adequados às demandas da sociedade atual, permitindo que possamos desenvolver práticas pedagógicas que extrapolam o espaço e o tempo das salas de aula tradicionais.

Segundo Belloni (2002, p. 123), devemos “compreender o fenômeno educação à distância [...] como parte de um processo de inovação educacional mais amplo que é a integração das novas tecnologias de informação e comunicação nos processos educacionais”. Os novos meios introduzidos nos espaços de educação forçaram os processos educacionais a passar por mudanças que permitam desenvolver-se como um modelo que atenda a necessidade de um mundo mais globalizado e complexo, o que exige formas mais flexíveis de ofertar o ensino. Frente a isso, Neto (2009, p. 45) destaca que

O processo educacional mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação adquire dimensões que precisam ser exploradas segundo as perspectivas da era das redes. As relações educativas possibilitam trocas comunicativas multidirecionadas, baseadas na participação, na colaboração e na interação entre todos os agentes. Rompe-se assim com os velhos modelos pedagógicos baseados na comunicação unilateral que privilegia o professor, desconsiderando as peculiaridades do aluno.

Os processos educacionais saem do espaço da sala de aula para acompanhar o dia a dia do educando em diferentes espaços e períodos, assumindo uma nova perspectiva de comunicação, que também apresenta novas possibilidades de ações pedagógicas. Se antes, como apontado por Kenski (2012), o aluno precisava deslocar-se a um espaço e comparecer no horário exato de iniciar a aula, obedecendo um ritual burocrático para o desenvolvimento da educação, agora com as ferramentas de educação a distância, esse processo pode ocorrer nos mais diferentes espaços e horários. A inclusão de TIC permitiu a democratização do acesso à formação emancipatória, tanto para o ensino formal como nos espaços não-formais. Contudo, seria ingenuidade não considerarmos que apesar de um mundo profundamente globalizado, uma parcela significativa de pessoas ainda encontra dificuldades no acesso aos aparatos tecnológicos para o acesso aos mecanismos de formação.

A educação através de ferramentas de tecnologia da comunicação pode oferecer dois caminhos distintos. Sendo um favorável aos interesses das classes dominantes e de um sistema econômico de vencedores e perdedores, em que a educação está voltada aos interesses do capital. Nesse aspecto, Lapa e Belloni (2012) argumentam que o potencial formativo apresentado pelas TIC pode não ser utilizado no âmbito de uma educação que seja libertadora, mas sim, como desenvolvedora de uma educação "bancarizada". Outro caminho possível é o uso de instrumentos de comunicação tecnológicos para potencializar o desenvolvimento de meios educacionais que apresentam possibilidades para a formação crítica dos sujeitos, tornando-se uma alternativa à formação individualista oferecida no dia a dia do capitalismo. Sobre esse caminho, Lapa e Belloni (2012, p. 178) também destacam que a educação a distância deve ser concebida como “um processo ativo, de formação do cidadão autônomo capaz de usar, como protagonista, os meios de comunicação disponíveis para assegurar seus direitos e ter uma participação ativa na sociedade”.

A educação realizada através de recursos tecnológicos pode tanto contribuir para a emancipação do indivíduo, como para a formação do sujeito individualista e, portanto, para a reprodução de um modelo educacional fundamentados nos moldes do tayloriano-fordista, fortalecendo práticas capitalistas cada vez mais agressivas e excludentes. O modelo educacional capitalista do século XX, assim como argumentado por Antunes e Pinto (2017), possui bases tayloriano-fordista que buscam modificar e deslocar o conhecimento e as práticas historicamente elaboradas pela classe trabalhadora, para uma estrutura coletiva que tem como foco o desenvolvimento dos modos de produção capitalistas. Nesse movimento, o conhecimento adquirido do trabalho individual, que está envolto em uma esfera cultural, é modificado pelas estruturas capitalistas de produção e rerepresentado aos trabalhadores como normas, através de um modelo educacional limitador, dentro dos moldes do trabalho alienado.

Esse processo educacional tem por objetivo reduzir a ação da classe trabalhadora às meras replicações de tarefas, inibindo, portanto, o protagonismo do sujeito. São moldes educacionais exercidos no formato de especialização limitadora, executada como escolas técnicas que praticam o “ensinar fazer”, sem formar consciência crítica nos indivíduos. Como argumentado por Antunes e Pinto (2017), os processos educacionais capitalistas predeterminam o papel do indivíduo na sociedade, frente à divisão social do trabalho. Trata-se de uma educação que transmite aos educandos valores e informações necessárias para o correto desenvolvimento de seu papel produtivo dentro do sistema capitalista, já estabelecendo a posição na hierarquia social que o trabalhador deve assumir.

A formação dos sujeitos nos dias atuais, em muitos aspectos, busca atender as exigências do mercado e da divisão social do trabalho, seja ela em espaços formais ou informais. Com o avanço do Ensino a Distância, o mundo industrializado tem buscado estruturar um processo educacional flexível e ágil, quase como “tutorial” com foco no desenvolvimento de uma mão-de-obra especializada, ou seja, tem buscado a formação de trabalhadores qualificados para executar tarefas nas funções que seus diplomas lhes permitem. Contudo, como apontado por Belloni (2005), é necessário ressaltar que a educação a distância não se limita apenas ao preparo de mão-de-obra especializada, mas também, busca a formação de sujeitos emancipados, capazes de agir politicamente.

As organizações cooperativas possuem uma função primordial no processo de formação dos cooperados. O processo pedagógico nessas instituições deve assumir a perspectiva de uma educação libertadora, que permita aos sujeitos o desenvolvimento do pensamento crítico, e nesse processo, as ferramentas tecnológicas podem ser um grande avanço para atingir os membros da organização. Ações de utilização das TIC para processos formativos tornam-se cada vez mais necessários, haja vista que, como destacado por Laidlaw (1981), o movimento cooperativista tem praticado um certo descuido com a educação, sendo que ao tempo em que as empresas tradicionais avançam nos meios digitais, a educação cooperativista permanece na idade da pedra. Ainda conforme o autor, os processos educacionais nas cooperativas não acompanham o crescimento econômico, o que impossibilita que os cooperados entendam o que é uma cooperativa e porque ela existe.

Isso torna cada vez mais necessário que as organizações cooperativas desenvolvam processos educacionais inclusivos e modernos, fomentando ações de educação nas organizações através de ferramentas de EaD, e que essas ações estejam fundamentadas nos princípios e valores do cooperativismo, permitindo oferecer aos cooperados, constantemente e em diferentes espaços, formas de debater acerca dos rumos da organização, de forma consciente e crítica. Schneider (2010, p. 75) destaca que,

ao longo da vida dos associados dentro da cooperativa, seria interessante a realização periódica de cursos formais e informais, em que os valores e princípios fossem aprofundados, através de discussões, em que todos os participantes tivessem a oportunidade de se expressar, elaborando assim coletivamente uma visão de mundo e de processos coletivos de organização econômica, social e comercial, demonstrada na prática posteriormente.

A necessidade de oportunizar a participação dos associados nos processos formativos, para a realização de uma discussão verdadeiramente coletiva, aponta para possíveis contribuições que o uso de ferramentas tecnológicas pode oferecer às organizações. Portanto, não basta que as cooperativas desenvolvam espaços de formação, mesmo que a distância, que fomentem um tipo de compreensão voltada à instrumentalização dos trabalhadores, ou seja, uma educação nos moldes taylorista-fordista. As ações pedagógicas precisam que os cooperados sejam colocados como centro do processo e não apenas como espectador ou

consumidor de um produto educacional. Sendo assim, é necessário que a educação para o cooperativismo não assuma seu cooperado como público-alvo de ações específicas, sob o risco de perder o contato com o mesmo ao desenvolver uma educação “bancarizada”.

Em uma sociedade competitiva e com princípios individualistas, é necessário que os processos pedagógicos desenvolvidos possam integrar os cooperados em um espaço de diálogo, o que pode ser alcançado com o desprendimento espaço-temporal oferecido pela Educação a Distância, uma vez que os diferentes canais de comunicação permitem uma interação diferente daquela obtida presencialmente. Até o surgimento dos espaços digitais de educação, ou até mesmo das redes sociais, os cooperados, assim como os alunos das escolas formais, precisavam deslocar-se até a instituição, reunindo-se em um espaço físico e permanecer em um período para a formação cooperativista. Contudo, ao tratarmos da educação não-formal desenvolvida nas organizações associativas, estamos pensando em processos formativos voltados para um público adulto, que possui uma dinâmica de organização diferente do estudante do ensino tradicional e que precisa ser incluído no debate cooperativo a partir de seu contexto de vida.

O uso de TIC na educação cooperativa precisa ser acompanhada de um processo de inclusão, para que o distanciamento entre educando e educador, ou mesmo, entre educandos não reforce os princípios individualistas, e que venham a formar sujeitos que utilizam a cooperativa apenas para suprir os interesses particulares, sem sentirem-se parte integrante da organização. Nessa direção, Schneider (2010, p. 32) argumenta que

parece válido poder afirmar-se que a educação cooperativista, antes de preocupar-se com a oportunização de estímulos que valorizem os procedimentos organizacionais e produtivistas, bem como as técnicas indispensáveis para uma boa atividade cooperativa, concentre-se primordialmente na formação de pessoas solidárias, democráticas, capazes de autoajudar-se na base da entreatajuda, capazes enfim de situar o interesse do grupo pelo menos no mesmo nível da importância dos interesses individual e familiares.

Portanto, a utilização das TIC para os processos pedagógicos não deve contribuir para a alienação dos sujeitos, gerando conformidade diante da condição social imposta, mas sim deve ser utilizada para a formação de sujeitos autônomos. A educação mediada através de

ferramentas tecnológicas de interação deve ser libertadora, ou seja, deve “transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo” (MÉSZÁROS, 2008, p. 12).

Para que seja possível o desenvolvimento de processos formativos nesse caminho, Oliveira (1997, p. 242) destaca que “a questão fundamental não é a introdução de novas tecnologias, mas, muito mais, a redução da educação a seu aspecto instrucional, como se fosse possível instruir sem veicular uma certa concepção do ser humano e da vida como um todo”.

A cooperativa não deve reduzir o processo formativo a mero repasse de informação sobre aquilo que a organização oferece ou faz, e da mesma forma, ao realizar o processo formativo com funcionários e cargos diretivos, não deve oferecer unicamente o treinamento acerca do “como fazer” técnico, limitando assim que o cooperado seja tratado como cliente da organização na qual ele também é dono. O pensamento de Belloni (2005) vem ao encontro dessa compreensão, ao destacar que há um perigo no deslumbramento com as inovações tecnológicas, as quais podem ser confundidas com inovações pedagógicas e, dessa forma, tomadas pela organização como uma solução milagrosa para os problemas formativos

A inclusão de mecanismos tecnológicos de interação nos processos pedagógicos deve ocorrer possibilitando a real participação dos educandos, evitando assim a educação “bancária”, “em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receber os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (FREIRE, 2018, p. 80). Apresenta-se como necessidade o desenvolvimento de um processo de aprendizagem que esteja direcionado à emancipação do sujeito, ou seja, deve-se construir espaços pedagógicos que transbordem os muros da escola e se estruturam como movimento participativo e coletivo. É nesse aspecto que a Ead contribui para a educação cooperativista.

Considerações Finais

A Educação a Distância pode ser um meio pelo qual as organizações cooperativas consigam fomentar a participação dos cooperados na vida da organização, bem como pode permitir que os processos formativos sejam voltados à emancipação dos sujeitos. Nesse contexto, as ferramentas de TIC não são instrumentos que por si só, aplicadas às organizações cooperativas, garantam a inclusão dos associados na vida da organização, nem mesmo

garantem que o processo pedagógico seja emancipatório, mas sim refere-se apenas a um meio ou opção pedagógica, que desligada dos princípios e valores assumidos pelo cooperativismo torna-se ferramenta de reprodução dos valores do capitalismo.

Mesmo compreendendo que é um erro ignorar a importância da instrução técnica nos processos de Educação a Distância realizados através das TIC, é necessário permitir aos indivíduos a formação de uma consciência crítica, para que compreendam o real sentido da participação em uma organização cooperativa. Reduzir a educação ao processo de capacitação técnica, é fomentar a limitação intelectual e desenvolver uma educação voltada à produção fordista, impedindo a emancipação dos sujeitos. Conforme Pimentel (2017) não basta que as ferramentas de TIC sejam introduzidas nos processos pedagógicos, é necessário que essas ferramentas sejam promotoras de cidadania para homens e mulheres, pois, ainda conforme a autora, “sem um projeto pedagógico que inclua o ser humano, não passarão de tecnologias a serviço dos interesses econômicos e ideológicos dominantes” (PIMENTEL, 2017, p. 26). Portanto, é importante que as TIC sejam ferramentas que contribuam para a aproximação dos cooperados e da cooperativa, sendo indispensável que a organização mantenha como elemento central do processo formativo, os princípios e valores cooperativistas, buscando sempre preservar a identidade do movimento.

O desenvolvimento exponencial de muitas cooperativas, bem como a perda da identidade solidária, motivada pela relação cada vez mais aprofundada no sistema capitalista, exige que os processos formativos sejam intensificados e que busquem meios de atingir todo o quadro de associados. A Educação a Distância é um importante instrumento, haja vista que permite a reunião de um número grande de associados sem a necessidade de deslocamento para um espaço físico. Esse desprendimento do espaço pode proporcionar o desenvolvimento de discussões ainda mais abrangentes, que envolvam os cooperados na vida da organização, decidindo os rumos que a mesma deve tomar.

Um exemplo dessa possibilidade é a realização de assembleias virtuais, que se tornaram uma alternativa frente às restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Mesmo com as possíveis limitações devido à falta de destreza no uso das ferramentas de comunicação, tanto das cooperativas como dos cooperados, as assembleias virtuais podem proporcionar espaços de debate voltados aos interesses coletivos e, portanto, podem

configurar-se como importantes espaços pedagógicos e formativos. Esse momento central na vida de uma cooperativa, quando realizado digitalmente abre a possibilidade para a reunião de um número maior de cooperados, ampliando o debate e aproximando ainda mais a cooperativa dos cooperados.

Contudo, é importante observar que as ferramentas de educação a distância não podem assumir um caráter totalmente disruptivo em relação à educação presencial, para que as organizações cooperativas não incorram em um distanciamento dos cooperados, fazendo com que esses não se considerem parte estruturante e indispensável para a vida da cooperativa. Essa necessidade de utilização das TICs de forma racional e que valorize a construção da consciência cooperativa, sem distanciar fisicamente o cooperado de sua cooperativa, torna-se um desafio a ser vencido nesses novos tempos de digitalização e informatização das relações entre organização e sujeito.

As ferramentas tecnológicas que viabilizam a Educação a Distância podem permitir a democratização do conhecimento envolvido e produzido no âmbito das organizações cooperativas, não só através de processos formativos desenvolvidos em um formato direcionado para a construção de uma consciência coletiva, mas também na veiculação de informações acerca daquilo que acontece e é proporcionado pela cooperativa. Faz parte da vida da organização e do cooperado compreender as práticas e as oportunidades que a organização lhe proporciona, tanto no âmbito da educação como nas relações negociais estabelecidas entre eles. O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação desenvolvido para além da realização de processos formativos também caracteriza-se como um processo pedagógico, haja vista que compreender aquilo que a organização pode lhe oferecer, permite o cooperado fortalecer sua relação de pertencimento com movimento cooperativo, ao perceber que a coletividade lhe proporciona benefícios não atingidos individualmente.

Dessa forma, a Educação a Distância pode exercer um papel fundamental na emancipação dos associados, assim como dos funcionários e dirigentes das organizações, além de contribuir para que a organização não perca sua identidade de movimento coletivo, onde os cooperados são os donos e não apenas os usuários dos produtos e serviços. É fundamental que as ações pedagógicas que utilizam esses instrumentos não fortaleçam os interesses individuais e mercantilistas em detrimento dos valores e dos princípios do

cooperativismo. Entretanto, tendo em conta as desigualdades sociais e as limitações educacionais existentes em nosso país, é importante e necessário que as organizações cooperativas considerem desenvolver ações que garantam o acesso às ferramentas de Educação a Distância, bem como realize ações instrutivas para sua utilização, a fim de que os cooperados estejam realmente incluídos nos espaços de debate e para que os processos formativos e educacionais sejam efetivos e eficientes.

A utilização das ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação deve ser compreendida pelas organizações cooperativas, não apenas como uma possibilidade para desenvolver processos formativos, mas também, como uma oportunidade de disponibilizar aos cooperados conteúdos que permitam sua emancipação. Desse modo, a evolução das tecnologias digitais de comunicação e informação, podem ser compreendidas como uma oportunidade para o desenvolvimento de conteúdos formativos que sirvam de contraponto aos conteúdos individualistas produzidos como meio de desenvolver a cultura do capital, que são veiculados de forma cada vez mais frequente através de redes sociais, atingindo os cooperados e formatando os sujeitos para a cultura do capitalismo. Esse contexto ainda se revela um desafio para as cooperativas, pois muitas organizações não costumam desenvolver estratégias voltadas à produção e disponibilização de conteúdos, possuindo pouca inserção nesses espaços de interação digital.

Referências

AMADO, J. A investigação em educação e seus paradigmas. In: Amado, J. (Org.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. 2. ed. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014. p. 19-70.

ANTUNES, R.; PINTO, G. A. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo, Cortez, 2017.

BELLONI, M. L. Educação a distância e inovação tecnológica. **Revista Trabalho Educação e Saúde**, v. 3, n. 1, 2005, p. 187-198. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/GBM3YFDNTT45ctv5B3pfrHG/>>. Acesso em: 17/06/2022.

BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, abril, 2002, p. 117-142. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/yvpWm7vFNqhpZYMtjn8kHZD/>>. Acesso em: 17/06/2022.

COLL, C.; MONEREO, C. Educação e aprendizagem no século XXI: novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades. In. COLL, C.; MONEREO, C. **Psicologia da educação virtual**: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre, Artmed, 2010, p. 15 – 46.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre, nº 6, v. 3, jul/dez, 2001, p. 242-264.

FRANTZ, W; SCHÖNARDIE, P. A. Educação em práticas cooperativas. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, n. 2, v. 15, jul./dez. 2016, p. 19-34. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/312407188_Educacao_em_praticas_cooperativas>. Acesso em: 17/06/2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 66º ed. Paz e Terra. São Paulo, 2018.

GOHN, M da G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo, Cortez, 1992.

GOHN, M da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, jan./mar. 2006, p. 27-38. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/>>. Acesso em: 17/06/2022.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas, Editora Papirus, 2012.

LAIDLAW. A. F. Las cooperativas en el año 2000. **Revista de Idelcoop**, v. 8, n. 28/29, 1981.

LAPA, A. B.; BELLONI, M, L. Educação a distância como mídia-educação. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 3, n. 1. jan. abr., 2012, p. 175-196. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n1p175>>. Acesso em: 17/06/2022.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12º ed. São Paulo, Cortez, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2º ed. São Paulo, Boitempo, 2008.

NETO, A. S. **Didática e design instrucional**. Curitiba, IESDE Brasil S.A. 2009.

OLIVEIRA, M. A. **Tópicos sobre dialética**. Porto Alegre, DIPUCRS, 1997.

PIMENTEL, N. A modalidade a distância no Brasil: aspectos conceituais, políticos e tecnológicos. In. PEREIRA, M. de F. R.; MORAES, R. de A.; TERUYA, T. K. (Orgs) **Educação a distância (EaD): reflexões críticas e práticas**. Uberlândia, Navegando Publicações, 2017.

PINHO, B. P. A educação cooperativa nos anos 2000: valorizando a cidadania brasileira. In. SCHNEIDER, J. O. (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília, Sescop. 2003.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCHNEIDER, J. O. (Coord.). **Educação e capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho**. São Leopoldo, Ed. UNISINOS, 2010.

SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, M. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. **Economia Solidária e Ação Cooperativa**, v. 1. n. 1, Jul/Dez, 2006, p. 33-48. Disponível em: < <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/schneider.pdf>>. Acesso em: 17/06/2022.

SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In. SCHNEIDER, J. O. (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília, Sescop. 2003.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. Brasília, Unisinos, 1999.

Submissão em: 15/12/2021

Aceito em: 27/05/2022

Citações e referências
conforme normas da:



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS